

9325908, primeiro-grumete MS RC João Filipe de Freitas Marques;
9322008, primeiro-grumete MS RC António José Rodrigues Petornilho;
9322408, primeiro-grumete MS RC Ricardo Ferro Paulo.

Ficam colocados na escala de antiguidade à esquerda do 9300808, segundo-marinheiro MS RC Katia Johanna Gomes dos Reis, pela ordem indicada.

1 de Outubro de 2010. — O Chefe da Repartição de Sargentos e Praças, *Luís António de Oliveira Belo Fabião*, capitão-de-mar-e-guerra.
203797098

FORÇA AÉREA

Comando de Pessoal da Força Aérea

Direcção de Pessoal

Repartição de Pessoal Civil

Aviso n.º 20753/2010

Por despacho do Director do Pessoal, por subdelegação de competências, de 28 de Setembro de 2010, foi autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o trabalhador Nuno Vasco de Araújo Borges Montezuma de Carvalho, para ocupação de um posto de trabalho no mapa de pessoal da Força Aérea, na carreira/categoria de Técnico Superior, área de Medicina Dentária, com efeitos a 12 de Outubro de 2010, precedendo procedimento concursal comum, aberto pelo aviso n.º 4378/2010, publicado no D.R., 2.ª série, n.º 42, de 2 de Março de 2010, ficando integrado na posição 4, nível 23, da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro.

12 de Outubro de 2010. — MAJ *João Pedro Afra Paes de Carvalho*, Adjunto do Chefe da Repartição de Pessoal Civil.
203800725

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Polícia de Segurança Pública

Direcção Nacional

Aviso (extracto) n.º 20754/2010

1 — Nos termos do artigo 29.º e 31.º, n.º 1 da Portaria 236-A/2010, de 28 de Abril, que aprova os requisitos para a admissão ao Curso de Formação de Agentes da Polícia de Segurança Pública, torna-se público que a lista provisória de classificação dos candidatos ao concurso externo de ingresso para admissão ao Curso de Formação de Agentes da Polícia de Segurança Pública, para o preenchimento de 1000 vagas, aberto pelo aberto pelo aviso n.º 8584-C/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 83 de 29 de Abril de 2010, encontra-se nos seguintes locais para consulta:

Escola Prática de Polícia — Largo das Forças Armadas, em Torres Novas;
Sítio oficial da PSP na Internet, em www.psp.pt;
Sítio oficial da EPP na Internet em www.epp.pt.

A Acta de aprovação da lista pode ser consultada na Escola Prática de Polícia.

2 — Nos termos do artigo 26.º da mesma portaria, podem os candidatos aptos e inaptos, no prazo de 10 dias úteis, pronunciarem-se sobre a referida classificação provisória, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, para: Júri do Concurso, Escola Prática de Polícia, Largo das Forças Armadas, 2350-754 Torres Novas.

11 de Outubro de 2010. — O Presidente do Júri, *José Ferreira de Oliveira*, superintendente.
203801202

Despacho n.º 15728/2010

Subdelegação de competências

1 — No uso da faculdade que me foi conferida pelo Despacho n.º 29996/2008 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série,

de 20 de Novembro de 2008, subdelego, com a faculdade de subdelegação, no Director do Departamento de Recursos Humanos, Intendente Miguel José Ferreira Mendes, a competência para a prática dos seguintes actos:

1.1 — Conceder autorizações de residência a mais de 50 km ao pessoal com funções policiais das carreiras de chefe de polícia e de agente de polícia;

1.2 — Autorizar deslocações em serviço em território nacional, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transportes e de ajudas de custo, antecipadas ou não;

1.3 — Colocar e transferir o pessoal com funções policiais e com funções não policiais, de acordo com as necessidades do serviço, de acordo com o planeamento previamente definido;

1.4 — Homologar listas de pedidos de transferência para comandos de preferência;

1.5 — Autorizar a inscrição e anulação de pedidos de transferência;

1.6 — Homologar as avaliações de serviço do pessoal com funções não policiais das categorias de assistente técnico e assistente operacional.

2 — Ratifico, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo todos os actos praticados até à publicação do presente despacho.

Lisboa, 29 de Setembro de 2010. — O Director Nacional-Adjunto, *Paulo Augusto Guimarães Machado da Silva*, Superintendente-chefe.
203800474

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 15729/2010

Por proposta do director nacional da Polícia Judiciária, ouvido o Conselho Superior da Polícia Judiciária, nos termos do artigo 26.º, n.º 5, alínea d), da Lei n.º 37/2008, de 6 de Agosto, do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro, e dos artigos 1.º, n.ºs 1 e 2, alínea b), 3.º, n.ºs 1 e 2, 4.º, n.º 1, e 7.º do Regulamento de Mérito da Polícia Judiciária, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 32/2001, de 31 de Julho, agracio o inspector-chefe Adorino Cabrita da Silva, na situação de aposentado, com uma insígnia no grau de crachá de ouro, por, ao longo dos seus 29 anos de carreira, ter evidenciado elevados níveis de profissionalismo, voluntarismo e dedicação aos princípios e objectivos que norteiam esta instituição, contribuindo, assim, de forma significativa, para o prestígio e reconhecimento público da Polícia Judiciária, junto de todos os operadores judiciais e da população em geral.

13 de Outubro de 2010. — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins*.

203803682

Despacho n.º 15730/2010

Por proposta do director nacional da Polícia Judiciária, ouvido o Conselho Superior da Polícia Judiciária, nos termos do artigo 26.º, n.º 5, alínea d), da Lei n.º 37/2008, de 6 de Agosto, do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro, e dos artigos 1.º, n.ºs 1 e 2, alínea d), 3.º, n.ºs 1 e 2, 4.º, n.º 1, e 9.º do Regulamento de Mérito da Polícia Judiciária, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 32/2001, de 31 de Julho, agracio com menção elogiosa o inspector Luís Filipe Falcão Neiva, a prestar serviço na Directoria do Sul, por ter revelado altos índices de competência, profissionalismo, voluntariedade e entrega à causa pública, contribuindo, assim, para o êxito de várias investigações complexas no âmbito da criminalidade económica, o que em muito dignificou o papel da Polícia Judiciária, tanto no seio dos operadores judiciais, bem como na sociedade em geral.

13 de Outubro de 2010. — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins*.

203804832

Despacho n.º 15731/2010

Por proposta do director nacional da Polícia Judiciária, ouvido o Conselho Superior da Polícia Judiciária, nos termos do artigo 26.º, n.º 5, alínea d), da Lei n.º 37/2008, de 6 de Agosto, do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro, e dos artigos 1.º, n.ºs 1 e 2, alíneas c) e d), 3.º, n.ºs 1 e 2, 4.º, n.º 1, 8.º, n.º 1, e 9.º do Regulamento de Mérito da Polícia Judiciária, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 32/2001, de 31 de Julho, agracio, com louvor individual, a coordenadora de investigação criminal Patrícia Gonçalves Gama